

Demonstrações Financeiras

Mineração Morro do Ipê S.A.

31 de dezembro de 2022 e 2021
com Relatório do Auditor Independente

Mineração Morro do Ipê S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

Índice

| | |
|---|---|
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras..... | 1 |
| Demonstrações financeiras | |
| Balanço patrimonial | 4 |
| Demonstração do resultado do exercício | 5 |
| Demonstração do resultado abrangente..... | 6 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido..... | 7 |
| Demonstração dos fluxos de caixa..... | 8 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 9 |

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e aos Acionistas da
Mineração Morro do Ipê S.A.
Brumadinho, MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mineração Morro do Ipê S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais

assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Provisão para descomissionamento de ativos

Conforme divulgado na nota explicativa 14, como parte de suas operações, a Companhia incorre em obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do abandono de áreas. A reabilitação de áreas e do meio ambiente é requerida tanto pela legislação em vigor quanto pelas políticas da Companhia. Estimar os custos associados a estas atividades futuras exige considerável julgamento em relação a fatores como o período de utilização de determinada área, o tempo necessário para reabilitá-la e determinadas premissas econômicas como taxa de desconto e taxas de moeda estrangeira. Devido à relevância da provisão para descomissionamento de ativos e o nível de incerteza para a determinação da sua estimativa que pode impactar o valor dessa provisão nas demonstrações financeiras, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria. A provisão para descomissionamento de ativos corresponde a R\$31.408 mil em 31 de dezembro de 2022.

Como a auditoria endereçou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a obtenção de entendimento do processo e premissas utilizadas pela Companhia para mensuração da provisão para descomissionamento de ativos, incluindo o custo base das áreas a serem abandonadas, premissas macroeconômicas que foram consideradas no modelo de fluxo de caixa projetado relacionadas a taxas de inflação, para mensuração da taxa de desconto e a vida útil da mina, além da revisão da movimentação da provisão no exercício relativa às áreas a serem abandonadas, restauradas/reabilitadas e a obrigação ambiental pertinente, visando verificar os custos previstos no plano de abandono aprovado; (ii) utilização de especialistas ambientais e de sustentabilidade para avaliar a razoabilidade e consistência das premissas utilizadas na preparação das estimativas; e (iii) efetuamos a avaliação da adequação da divulgação nas demonstrações financeiras com relação à provisão das obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do abandono de áreas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 14, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Instrumentos financeiros de proteção cambial – hedge accounting

Conforme divulgado na nota explicativa 11, a Companhia contratou um instrumento financeiro derivativo para mitigar a sua exposição ao risco cambial, que está relacionada à emissão de debêntures no montante de R\$600.000 mil em agosto de 2022 com a finalidade de investir em sua nova planta operacional. A contratação de instrumentos financeiros derivativos de taxa de

juros (swaps) são designados para a contabilidade de proteção (hedge de fluxo de caixa) com o objetivo de contrapor a exposição da Companhia a exposição de risco cambial. A Companhia registrou um impacto de R\$ 12.136 mil referente a marcação a mercado do swap registrado em 31 de dezembro de 2022. Devido à relevância do instrumento financeiro protegido e os possíveis impactos sobre as demonstrações financeiras, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como a auditoria endereçou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho dos controles para identificação, mensuração, registro e divulgação de instrumentos financeiros de proteção cambial; (ii) inspeção dos principais documentos da administração que suportam a designação e qualificação do instrumento como hedge de fluxo de caixa, bem como análise das definições dos modelos de avaliação do valor justo; (iii) confirmação externa dos instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2022; (iv) adicionalmente, com o apoio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, verificamos a razoabilidade do método aplicado para cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos, bem como testamos a efetividade do hedge e o cálculo de valorização. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e na aplicação da contabilidade de hedge estão consistentes com os dados e informações obtidos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 11, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC S P015.199/O



Leonardo Araujo Ferreira
Contador CRC-1RJ 116.384/O

Mineração Morro do Ipê S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

| | Notas | 2022 | 2021 |
|--|-------|------------------|----------------|
| Ativo | | | |
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 4 | 327.771 | 142.070 |
| Contas a receber de clientes | | 16.001 | 5.133 |
| Contas a receber de clientes - parte relacionada | 13 | 235.534 | 67.033 |
| Estoques | 5 | 40.472 | 47.365 |
| Impostos a recuperar | 6 | 10.753 | 5.187 |
| Despesas antecipadas | | 9.607 | 8.527 |
| Adiantamentos a terceiros | 7 | 39.540 | 25.655 |
| Outros ativos financeiros | 11 | 58.049 | - |
| | | 737.727 | 300.970 |
| Não circulante | | | |
| Depósito vinculado | | 2.212 | 150 |
| Impostos a recuperar | 6 | 26.032 | 37.425 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 23 | - | 3.984 |
| Imobilizado | 8 | 1.003.811 | 302.233 |
| Intangível | 9 | 45.586 | 50.427 |
| Outros ativos financeiros | 11 | 11.044 | - |
| Outros ativos | | 2.659 | 2.579 |
| | | 1.091.344 | 396.798 |
| Total do ativo | | 1.829.071 | 697.768 |
| Passivo | | | |
| Circulante | | | |
| Fornecedores | 10 | 177.318 | 43.146 |
| Empréstimos e financiamentos | 11 | 33.273 | - |
| Impostos a recolher | 12 | 17.189 | 15.919 |
| Adiantamento de clientes | | 3.960 | 3.597 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 23 | 50.535 | - |
| Partes relacionadas | 13 | 137.245 | 136.745 |
| Obrigações com terceiros | 15 | 27.123 | 27.123 |
| Dividendos propostos | | 43.176 | 22.177 |
| Obrigações trabalhistas | | 18.309 | 14.428 |
| | | 508.128 | 263.135 |
| Não circulante | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 11 | 594.763 | - |
| Provisão de contingências | 16 | 3.861 | 361 |
| Provisão para descomissionamento de ativos | 14 | 31.408 | - |
| Obrigações com terceiros | 15 | 18.300 | 12.683 |
| Outros passivos financeiros | 11 | 56.957 | - |
| | | 705.290 | 13.044 |
| Patrimônio líquido | | | |
| Capital social | 17 | 490.732 | 350.390 |
| Reserva legal | | 13.759 | 4.669 |
| Reserva de hedge | 11 | (2.789) | - |
| Ajustes acumulados de conversão | | (15.578) | - |
| Reserva de lucro | | 129.529 | 66.530 |
| | | 615.653 | 421.589 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | 1.829.071 | 697.768 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Demonstração do resultado do exercício
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

| | Notas | 2022 | 2021 |
|--|--------------|------------------|-------------|
| Receita líquida | 18 | 1.271.034 | 981.466 |
| Custo dos produtos e serviços | 19 | (882.662) | (705.290) |
| Resultado bruto | | 388.372 | 276.176 |
| Despesas operacionais | | | |
| Gerais e administrativas | 20 | (45.652) | (37.965) |
| Outras receitas (despesas) | 21 | (62.301) | (21.658) |
| | | (107.953) | (59.623) |
| Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos | | 280.419 | 216.553 |
| Resultado financeiro | 22 | | |
| Receitas financeiras | | 15.856 | 4.804 |
| Despesas financeiras | | (15.533) | (6.124) |
| | | 323 | (1.320) |
| Resultado antes dos tributos sobre o lucro | | 280.742 | 215.233 |
| Imposto de renda e contribuição social | 23 | (98.947) | (73.171) |
| Lucro líquido do exercício | | 181.795 | 142.062 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|--|-----------------------|----------------|
| Lucro do exercício | 181.795 | 142.062 |
| Ajuste acumulado de conversão | (15.578) | - |
| Operações com derivativos | (2.789) | - |
| Total do resultado abrangente do exercício | <u>163.428</u> | <u>142.062</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

| | Capital Social | Reserva legal | Reserva de lucro | Ajuste acumulado de conversão | Outros resultados abrangentes | Lucros acumulados | Total |
|--|----------------|---------------|------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------|-----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 298.755 | - | - | - | - | (48.686) | 250.069 |
| Aumento de capital | 51.635 | - | - | - | - | - | 51.635 |
| Lucro do exercício | - | - | - | - | - | 142.062 | 142.062 |
| Constituição de reserva legal | - | 4.669 | - | - | - | (4.669) | - |
| Distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | - | - | (22.177) | (22.177) |
| Constituição de reserva de retenção de lucro | - | - | 66.530 | - | - | (66.530) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 350.390 | 4.669 | 66.530 | - | - | - | 421.589 |
| Aumento de capital | 140.342 | - | (66.530) | - | - | - | 73.812 |
| Lucro do exercício | - | - | - | - | - | 181.795 | 181.795 |
| Constituição de reserva legal | - | 9.090 | - | - | - | (9.090) | - |
| Ajustes acumulados de conversão | - | - | - | (15.578) | - | - | (15.578) |
| Custo de reserva de <i>hedge</i> | - | - | - | - | (2.789) | - | (2.789) |
| Distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | - | - | (43.176) | (43.176) |
| Constituição de reserva de retenção de lucro | - | - | 129.529 | - | - | (129.529) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 490.732 | 13.759 | 129.529 | (15.578) | (2.789) | - | 615.653 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

| | 2022 | 2021 |
|---|------------------|-------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro (prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e contribuição social | 280.742 | 215.233 |
| Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais: | | |
| Depreciação e amortização | 8.825 | 8.175 |
| Outras amortizações | 7.698 | 38.052 |
| Provisão para perda com estoques | (5.108) | 10.740 |
| TAC/TCCF | 6.415 | - |
| Outras provisões | 7.432 | 5.022 |
| Juros e variação monetária | 32.379 | 8.627 |
| (Aumento) redução nos ativos operacionais: | | |
| Contas a receber de clientes | (10.382) | (1.069) |
| Contas a receber de clientes partes relacionadas | (144.525) | (29.844) |
| Estoques | (39.059) | (33.246) |
| Impostos a recuperar | (30.031) | (30.057) |
| Adiantamentos a terceiros/funcionários | (33.291) | (35.351) |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais: | | |
| Fornecedores | 138.188 | 15.319 |
| Empresas coligadas | 3.050 | 38.377 |
| Adiantamento de clientes | (129) | 181 |
| Adiantamento de clientes – partes relacionadas | - | (3.002) |
| Obrigações com terceiros / trabalhistas | 20.676 | (5.648) |
| Impostos a recolher | (7.226) | (46.160) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais | 235.654 | 155.349 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | |
| Direitos minerários | (1.953) | - |
| Aquisição de ativos imobilizados | (652.921) | (176.823) |
| | (654.874) | (176.823) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Integralização de capital | 51.635 | 51.635 |
| Empréstimos obtidos | 600.000 | - |
| Custo de transação | (6.540) | - |
| Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades de financiamentos | 645.095 | 51.635 |
| Diferença cambial líquida | | |
| Variação cambial | (40.174) | - |
| Aumento no caixa e equivalentes de caixa | 185.701 | 30.161 |
| No início do exercício | 142.070 | 111.909 |
| No fim do exercício | 327.771 | 142.070 |
| Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa | 185.701 | 30.161 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Companhia foi adquirida e denominada Mineração Morro do Ipê S.A. ("Morro do Ipê" ou "Companhia") em 17 de março de 2016, sendo que anteriormente a Companhia se chamava Santa Dominica Empreendimentos e Participação S.A. e possuía um capital social no valor de R\$0,15. Em 28 de outubro de 2016, a Mineração Morro do Ipê S.A. iniciou suas atividades em fase pré-operacional, através da aquisição de ativos da MMX Sudeste Mineração S.A. ("MMX Sudeste") por R\$137.255. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, estabelecida no município de Brumadinho, no Estado de Minas Gerais, com atuação na extração de minério de ferro.

Em 1º junho de 2017, a Companhia saiu da fase pré-operacional e iniciou suas atividades comerciais, destinadas exclusivamente para o mercado externo, realizando logo no mês de julho de 2017 sua primeira venda ao mercado externo, seguido dos meses de setembro e outubro deste mesmo exercício.

A Companhia produziu em 2022 cerca de 3.385 mil toneladas úmidas (2.852 mil em 31 de dezembro de 2021) de produto acabado, e comercializou aproximadamente 3.364 mil toneladas úmidas (2.450 mil toneladas úmidas em 31 de dezembro 2021). A operação de Tico-Tico está prevista para o segundo trimestre de 2023.

Devido aos efeitos das mudanças climáticas ocorridas de forma severa, com expectativas de piora do cenário global climático, a Companhia avaliou os seguintes fatores afim de entender e considerar em sua operação os efeitos dessas mudanças como forma de atuar de maneira preditiva as alterações climáticas e políticas: (i) eventuais reduções de demanda das commodities devido a mudanças em políticas, ambiente regulatório, alterações legais, tecnológicas, de mercado ou sociais; e (ii) impactos físicos relacionados a eventuais aumento da frequência ou severidade de eventos climáticos extremos e relacionados a riscos crônicos resultantes de mudanças de longo prazo nos padrões climáticos.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

Em 14 de abril de 2023, a Administração da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal (“*going concern*”) dos negócios da Companhia.

Todas as premissas adotadas pela Companhia são baseadas na melhor estimativa da Administração a respeito das condições futuras do mercado. A Administração acredita que as previsões se basearam em estimativas prudentes de preço e produção, porém mudanças significativas nessas premissas podem afetar o resultado e as reservas de caixa projetadas.

Historicamente, a Companhia adotou uma estratégia de preservação de caixa, que restringe a assunção de compromissos para investimentos de capital significativo, a menos que exista uma fonte de recursos específica disponível. Isso protege a Companhia contra problemas de liquidez decorrentes de compromissos em projetos cuja fonte de financiamento ainda não foi definida.

A Administração acredita que as premissas utilizadas para estimar os resultados financeiros da Companhia são prudentes, porém quaisquer mudanças no cenário macroeconômico podem ter impactos adversos na capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações de curto prazo. Caso a geração de caixa da Companhia, juntamente com suas reservas de caixa atuais, não seja suficiente para financiar seus passivos de curto prazo, a Administração buscará antecipadamente apoio financeiro de seus principais acionistas ou outras formas de ingresso de capital. Em conclusão, com base no atual saldo de caixa da Companhia, e na expectativa da Administração em relação aos custos operacionais e à geração de caixa, a Administração possui expectativa razoável de que a Companhia irá manter a continuidade de suas atividades pelo menos pelos próximos 12 meses.

a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Em 14 de abril de 2023, a administração da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

b) Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional

De acordo com o CPC 02, os efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio, a moeda funcional é definida como moeda do ambiente econômico primário em que a entidade opera, ou seja, que efetivamente é o ambiente em que a entidade gera e gasta dinheiro.

Analisando os fatores para determinação da moeda funcional, a Administração concluiu que a maior parte da Produção de Ferro da MMI será destinada ao Mercado de Exportação. Uma vez que o Minério de Ferro é determinado pelo Índice de Minério de Ferro (Platts) que é precificado em dólares americanos (incluindo multas, Prêmios e etc) entende-se que a sua receita está predominantemente atrelada à moeda dólar.

Os indicadores primários e secundários avaliados pela Administração demonstram que o dólar refletirá melhor a moeda do principal ambiente em que a entidade opera, gera e gasta dinheiro.

No contexto operacional da Companhia, a maior parte da produção de ferro da será destinada ao mercado externo. Adicionalmente, a Companhia possui um único comprador para 100% dos seus volumes de exportação. Os preços de venda do minério de ferro para o mercado externo são integralmente (incluindo multas, prêmios e etc.) determinados pelo Índice Internacional de Minério de Ferro (Platts) em USD.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

c) Moeda funcional--Continuação

Com base no CPC 02 a MMI aplicou todos os procedimentos necessários à nova moeda funcional, prospectivamente, a partir da data da mudança, que foi 1º de janeiro de 2022.

Em atendimento à legislação brasileira e de acordo com o pronunciamento CPC 02 - Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, convertendo a moeda funcional (Dólar) para a moeda de apresentação (Reais), sendo os ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio de fechamento do período, as contas de resultado pela taxa de câmbio na data da ocorrência e o patrimônio líquido pelo valor histórico de formação. O efeito da conversão para a moeda de apresentação é apresentado no patrimônio líquido como "Ajustes acumulados de conversão".

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Instrumentos financeiros e operações de hedge

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contém um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis—Continuação

3.1. Instrumentos financeiros e operações de hedge--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ajustados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os principais passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos.

Instrumentos financeiros derivativos

A operação com instrumentos financeiros derivativos, contratada pela Companhia, resume-se em “Swap”, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial e aquisição de bens para o ativo imobilizado. São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designadas em uma contabilidade de “*hedge*” de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em “outros resultados abrangente” no patrimônio líquido.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros—Continuação

Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

A Companhia designa o instrumento de “hedge” relacionado a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de fluxo de caixa. No início da relação de “hedge”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” de acordo com o objetivo da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, e documentam se o instrumento de “hedge” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos, financiamentos e debênture que possuem operações de swap são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício, exceto pelo período de construção de ativos para os quais os recursos captados através da emissão de debêntures ainda estiverem em construção, onde neste caso os juros serão capitalizados no imobilizado.

Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, reduzido por provisão para perda ao valor de mercado, quando aplicável. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados, o custo inclui os gastos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.

3.4. Imobilizado

O imobilizado é apresentado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros, variação cambial e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O imobilizado contém adiantamentos para prestação de serviços ou aquisições de itens de ativo fixo efetuado com base em contratos vigentes e são reclassificados para o devido grupo de contas quando os serviços ou equipamentos instalados estiverem aptos para sua utilização e geração de caixa.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são registrados diretamente na demonstração do resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear para parte civil, instalações e equipamentos administrativos, e método por unidade produzida para os equipamentos operacionais, levando em consideração a vida útil-econômica desses bens.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

Descomissionamento de ativos

No reconhecimento da provisão de desmobilização de ativos e passivos ambientais, o custo correspondente é capitalizado como parte do ativo imobilizado e é depreciado pela vida útil dos ativos minerários correspondentes. O passivo de longo prazo é descontado ao valor presente utilizando uma taxa antes dos impostos que reflete a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do passivo e registrado contra o resultado do exercício e é liquidado pelo desembolso de caixa referente ao fechamento da mina ou desativação dos ativos minerários. Os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações não são abatidos do montante provisionado. É necessário o julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração das obrigações para desmobilização de ativos, tais como, taxa de juros, custo de fechamento, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Qualquer alteração nessas premissas pode afetar significativamente o valor provisionado. Portanto, a Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas aos custos de encerramento da mina como uma estimativa contábil crítica e as revisa anualmente.

3.5. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado anualmente.

O valor recuperável de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC) é o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida, no resultado do exercício, caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.5. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros--Continuação

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, sendo o limite da reversão o valor contábil, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.6. Demais ativos e passivos circulantes e não circulante

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

3.7. Tributação

Impostos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%.
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,0% e 7,6%.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.7. Tributação--Continuação

Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, computados sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, e 9% para contribuição social. As adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A Companhia é tributada através do regime de tributação do Lucro Real.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis e saldos de prejuízos fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço, sendo o saldo mantido na extensão em que sua recuperação seja provável, com base nos lucros tributáveis futuros.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos quando relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.8. Provisões (incluindo contingências)

Provisões são reconhecidas quando há obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar tal obrigação, com base em uma estimativa confiável do valor. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.8. Provisões (incluindo contingências)--Continuação

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases trimestrais.

3.9. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida de uma maneira que descreve o padrão de transferência de bens aos clientes. As transações de exportação são 100% efetuadas entre partes e a transferência de propriedade ocorre no momento do embarque do navio (FOB Porto – recinto alfandegado). O valor reconhecido reflete o valor que a Companhia espera ter direito em troca desses bens. Os contratos de vendas são avaliados para determinar o desempenho das obrigações, o preço da transação e o ponto em que ocorre a transferência do controle.

A receita é derivada das vendas de mercadorias e é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, após dedução de descontos, descontos por volume, imposto sobre valor agregado e outros impostos sobre vendas caso se apliquem.

As vendas de exportação são demonstradas pelo valor faturado com base em estimativas de preços futuros, de tal forma que o preço provisório seja a melhor estimativa de valor no momento da transação, ou seja, no momento do embarque.

Essas vendas são marcadas a mercado em cada data de relato, usando o preço a prazo do período equivalente ao descrito no contrato. A receita de vendas com preços provisórios é reconhecida em o preço de mercado a termo quando o controle passa para o cliente e é classificado como receita de contratos com clientes. A marcação a mercado subsequente ou ajustes são reconhecidos na receita de outras fontes.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.9. Reconhecimento de receita--Continuação

Venda de produtos (minério de ferro)

Para contratos com clientes nos quais a venda de produtos é geralmente designada como única obrigação de desempenho, não são esperados impactos significativos na demonstração de resultado da Companhia e controladas com a adoção da IFRS 15. A Companhia entende que o reconhecimento da receita ocorrerá no momento em que o controle do produto é transferido para o cliente, geralmente na entrega da mercadoria.

3.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Itens relevantes sujeitos a julgamentos e estimativas são: vida útil do ativo imobilizado e intangível, perda por redução ao valor recuperável de ativos e provisão para contingências.

3.11. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto.

3.12. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|------------------------|----------------|----------------|
| Caixa e bancos | 957 | 686 |
| Aplicações financeiras | <u>326.814</u> | <u>141.384</u> |
| | <u>327.771</u> | <u>142.070</u> |

As aplicações financeiras são realizadas em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Letras Financeiras remunerados até 104% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

5. Estoques

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|-----------------|---------------|---------------|
| Almoxarifado | 24.000 | 22.544 |
| Produto acabado | <u>16.472</u> | <u>24.821</u> |
| | <u>40.472</u> | <u>47.365</u> |

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou a avaliação de seu estoque comparando-o ao preço de mercado e não identificou ajustes.

6. Impostos a recuperar

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|-----------------------|---------------|---------------|
| <u>Circulante</u> | | |
| IRRF | 3.358 | 5.187 |
| ICMS | 671 | - |
| PIS e COFINS | <u>6.724</u> | <u>-</u> |
| | <u>10.753</u> | <u>5.187</u> |
| <u>Não circulante</u> | | |
| ICMS | 4.552 | 4.209 |
| PIS e COFINS | <u>21.480</u> | <u>33.216</u> |
| | <u>26.032</u> | <u>37.425</u> |
| | <u>36.785</u> | <u>42.612</u> |

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

7. Adiantamentos a terceiros

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|--|----------------------|---------------|
| Adiantamento para aquisição de terrenos para compensação ambiental (i) | 20.359 | 20.359 |
| Adiantamento a fornecedores | 6.547 | 3.409 |
| Adiantamentos a funcionários | 134 | 162 |
| Royalties CEFAR (ii) | 12.500 | 1.725 |
| | <u>39.540</u> | <u>25.655</u> |

- (i) Valor referente a aquisição de áreas que serão transferidas para o Governo do Estado de Minas Gerais como forma de compensação espeleológica e florestal. O valor dos terrenos foi totalmente provisionado em contrapartida ao resultado do exercício. Considerando que a Companhia ainda detém legalmente a titularidade dos terrenos, manteve o registro do ativo segregado, que será compensado com o respectivo passivo quando da transferência, que ocorrerá assim que a documentação for finalizada (expectativa de finalização e transferência em 2023).
- (ii) Valor referente a saldo de adiantamento para pagamento de royalties com base no contrato firmado entre a Companhia e os detentores dos direitos minerários.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

8. Imobilizado

| | Terreno | Máquinas e equipamentos | Veículos | Instalações | Móveis e Utensílios | Equipamentos de Informática | Obras em andamento | Ativo ambiental | Outros | Total |
|---|----------------|--------------------------------|-----------------|--------------------|----------------------------|------------------------------------|---------------------------|------------------------|---------------|--------------|
| Saldo líquido em 31 de dezembro de 2020 | 11.766 | 2.385 | 1.629 | 956 | 1.616 | 1.646 | 107.895 | - | 3.513 | 131.406 |
| Adições | - | 7.479 | - | 862 | 203 | 3.324 | 164.507 | - | 448 | 176.823 |
| Depreciação | - | (4.003) | (479) | (262) | (301) | (951) | - | - | - | (5.996) |
| Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021 | 11.766 | 5.861 | 1.150 | 1.556 | 1.518 | 4.019 | 272.402 | - | 3.961 | 302.233 |
| Adições | - | 4.064 | 1.242 | 666 | 277 | 2.904 | 679.640 | 31.408 | 1.437 | 721.638 |
| Depreciação | - | (3.618) | (93) | (407) | (322) | (1.213) | - | - | (3) | (5.656) |
| Efeito Moeda Funcional | (765) | (277) | (26) | (75) | (70) | (259) | (12.695) | - | (237) | (14.404) |
| Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022 | 11.001 | 6.030 | 2.273 | 1.740 | 1.403 | 5.451 | 939.347 | 31.408 | 5.158 | 1.003.811 |
| Saldos acumulados | | | | | | | | | | |
| Custo | 11.766 | 27.530 | 7.026 | 6.725 | 2.655 | 6.674 | 272.402 | - | 3.961 | 338.739 |
| Depreciação acumulada | - | (21.669) | (5.876) | (5.169) | (1.136) | (2.655) | - | - | - | (36.506) |
| Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021 | 11.766 | 5.861 | 1.150 | 1.556 | 1.519 | 4.019 | 272.402 | - | 3.961 | 302.233 |
| Custo | 11.766 | 31.594 | 8.268 | 7.391 | 2.932 | 9.578 | 952.042 | 31.408 | 5.398 | 1.060.377 |
| Depreciação acumulada | - | (25.287) | (5.969) | (5.576) | (1.458) | (3.868) | - | - | (3) | (42.162) |
| Efeito da conversão para reais | (765) | (277) | (26) | (75) | (70) | (259) | (12.695) | - | (237) | (14.404) |
| Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022 | 11.001 | 6.030 | 2.273 | 1.740 | 1.404 | 5.451 | 939.347 | 31.408 | 5.158 | 1.003.811 |

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

8. Imobilizado--Continuação

Os ativos em construção constituem, principalmente, investimentos realizados para construção da nova planta de Tico-Tico que entrará em operação em 2023. As adições ao imobilizado em 2022, 2021 e 2020 referem-se a estudos, pesquisas, infraestruturas, máquinas, e equipamentos que atenderão a mina Ipê e nova planta de Tico-Tico. Além dos itens mencionados anteriormente estão sendo capitalizados os juros das debêntures emitidas em agosto de 2022, os rendimentos de aplicações financeiras proveniente do recurso captado, bem como o resultado da operação com swap contratado com a finalidade de proteção do câmbio na aquisição de máquinas e equipamentos para a nova planta.

Recuperabilidade do ativo imobilizado

A administração não identificou a existência de indicadores que algum ativo pudesse estar acima do valor recuperável em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021.

9. Intangível

| | |
|---------------------------------|----------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 52.606 |
| Amortização | (2.179) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | <u>50.427</u> |
| Direitos minerários | 1.953 |
| Efeito da conversão para reais | (3.401) |
| Amortização | (3.393) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | <u>45.586</u> |

O intangível apresentado pela Mineração Morro do Ipê refere-se ao direito de exploração mineral de Tico-Tico e processamento dos finos de Ipê, adquiridos pela Companhia em conformidade com o descrito na nota explicativa do contexto operacional.

O intangível é amortizado ao longo do período de operação da planta Ipê e exploração/operação de Tico-Tico levando em consideração o volume operado em cada exercício.

Em 2022 a Companhia adquiriu três direitos minerários para futuras explorações, nos quais se encontram em processo final de pesquisa a ser apresentado a ANM (Agência Nacional de Mineração) até 02 de fevereiro de 2026. Após aprovação dos órgãos competentes a Companhia solicitará a LO (licença de operação) e prazo estabelecido para exploração.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

9. Intangível--Continuação

Direitos Minerários

Em 2022 foram arrendados pela Companhia através da 5 rodada de disponibilidade áreas pela Agência Nacional de Mineração (ANM) os seguintes direitos minerários:

Processo: 48054.832499/2022-31

Localizado em Brumadinho, possui Alvará de Pesquisa nº. 909 publicado pela ANM em 02/02/2023 com validade até 02/02/2026, período em que a Companhia efetuará pesquisas para avaliação do potencial da área.

Titularidade: Mineração Morro do Ipê

Substância: Minério de ferro

Tamanho: 52,52 hectares

Processo: 48054.832493/2022-64

Localizado nos municípios de Conselheiro Lafaiete / Itaverava / Santana dos Montes, possui Alvará de Pesquisa nº. 908 publicado pela ANM em 02/02/2023 com validade até 02/02/2026, período em que a efetuará pesquisas para avaliação do potencial da área.

Titularidade: Mineração Morro do Ipê

Substância: Minério de ferro

Tamanho: 305,08 hectares

Processo: 48054.832505/2022-51

Localizado no município de Mariana, está na fase de requerimento de pesquisa.

Titularidade: Mineração Morro do Ipê

Substância: Minério de ferro

Tamanho: 540,29 hectares

Recuperabilidade dos ativos intangíveis com vida útil definida

A administração não identificou a existência de indicadores que algum ativo pudesse estar acima do valor recuperável em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

10. Fornecedores

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|-------------------------------|----------------|-------------|
| Fornecedores de materiais (*) | 118.040 | 16.658 |
| Fornecedores de serviços (*) | 20.615 | 1.054 |
| Provisão de fornecedores (**) | 38.663 | 25.434 |
| | 177.318 | 43.146 |

(*) Representado, principalmente, por fornecedores do projeto Tico-Tico.

(**) Referente principalmente a transporte ferroviário e rodoviário.

11. Empréstimos, financiamentos e operação de hedge

Debêntures emitidas

| | <u>Passivo circulante</u> | | <u>Passivo não circulante</u> | |
|---------------------|---------------------------|-------------|-------------------------------|-------------|
| | <u>2022</u> | <u>2021</u> | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
| Debêntures em reais | | | | |
| Principal | - | - | 600.000 | - |
| Juros | 34.604 | - | - | - |
| Custo de transação | (1.331) | - | (5.237) | - |
| | 33.273 | - | 594.763 | - |

O passivo circulante e não circulante refere-se à Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real. As debêntures foram emitidas em 15 de agosto de 2022 no valor total de R\$600mil (seiscentos milhões de reais).

A totalidade dos recursos captados nesta emissão tem a finalidade de ser aplicado conforme a seguir:

- (i) ao investimento na expansão da produção total de minério de ferro da MMI, incluindo a construção de nova usina de beneficiamento de minério de ferro denominada Tico-Tico, de modo a ampliar a capacidade total de produção da Emissora de aproximadamente 2,8 milhões de toneladas por ano para aproximadamente 8,8 milhões de toneladas por ano no âmbito da exploração, pela MMI, das concessões de lavra na região de Serra Azul, Estado de Minas Gerais, relativas às minas de Tico-Tico e Ipê;

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

11. Empréstimos, financiamentos e operação de hedge--Continuação

- (ii) repagamento dos empréstimos contraídos junto aos acionistas diretos ou indiretos da MMI existentes em 5 de agosto de 2022, com valor de principal agregado de US\$ 25 milhões (R\$ 130.412.500,00 equivalentes em reais); e (iii) o que sobejar, para propósitos corporativos gerais, incluindo, sem limitação, reforço de caixa e capital de giro da Companhia.

| Debênture | Indexador/juros | Vencimento | Saldo em | |
|--------------------------|------------------------|------------|----------------|------|
| | | | 2022 | 2021 |
| 2º Emissão de debêntures | 100% DI + Spread 2,10% | 15/08/2027 | 634.604 | - |
| Custos de transação | | | (6.568) | - |
| | | | 628.036 | - |

Foram emitidas 600.000 (seiscentas mil) debêntures não-conversíveis pelo valor unitário de R\$1.000,00 (mil reais) com vencimento em 5 anos a partir da data de emissão (15 de agosto de 2027). Estas debêntures têm prazo de carência de juros de 1 ano e de amortização de 18 meses a partir da data de emissão. A periodicidade de pagamento de juros e amortização é trimestral a partir do fim da carência, sendo a primeira parcela de juros devida em 15 de agosto de 2023 e de amortização em 15 de fevereiro de 2024.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

| | 2022 | 2021 |
|---------------------|----------------|------|
| Ano de vencimento | | |
| Até 2 anos | 160.000 | - |
| De 2 a 3 anos | 160.000 | - |
| De 3 a 4 anos | 120.000 | - |
| Acima de 4 anos | 600.000 | - |
| Juros | 34.604 | - |
| Custos de transação | (6.568) | - |
| | 628.036 | - |

Os contratos de empréstimos e financiamentos da companhia são garantidos por alienação fiduciária das ações da Companhia, de seus bens e equipamentos e do fluxo de caixa de recebíveis.

Face aos contratos de financiamentos, há obrigações financeiras e não financeiras assumidas que devem ser cumpridas. Dentre elas, podem ser destacados: (a) utilização da estruturação *waterfall* de contas correntes; (b) após o período de carência de juros, composição de saldo mínimo em Conta Reserva em 1 vez o valor do próximo pagamento de serviço da dívida; (c) após 31 de dezembro de 2024, manutenção do *covenant* de índice de cobertura da dívida (DSCR) acima de 1,5; (d) apresentação dos demonstrativos de resultados auditados; e (e) manutenção dos seguros operacionais.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

11. Empréstimos, financiamentos e operação de hedge--Continuação

Não há *covenants* a serem atendidos em 31 de dezembro de 2022. Os *covenants* deverão ser atendidos a partir de outubro de 2023, considerando as regras, prazo para cumprimento e períodos de medição de cada *covenant* individualmente.

Operações com derivativos

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|--|---------------|-------------|
| Derivativos designados como instrumento de hedge | | |
| <u>Swap de proteção cambial</u> | | |
| Ativo circulante | 58.049 | - |
| Ativo não circulante | 11.044 | - |
| Total de operações com derivativos | <u>69.093</u> | - |
| Passivo não circulante | 56.957 | - |
| Posição passiva de hedge accounting | <u>12.136</u> | - |

Alinhado a gestão de riscos da MMI e sua moeda funcional, por interesse da MMI e do Bradesco BBI, em julho de 2022 quando assinaram o documento de termos e condições gerais da emissão das debêntures, acordaram que a integralidade do valor de emissão, bem como todo fluxo de caixa do serviço da dívida (pagamentos de amortizações e juros) seriam convertidos para dólares-americanos a uma taxa fixa por meio da contratação de um instrumento financeiro derivativo, o swap cambial e de fluxo de caixa.

O instrumento de endividamento gerou uma exposição cambial em relação a moeda Reais e exposição ao indexador de juros CDI.

Desta forma, na mesma data de assinatura da Escritura foi contratado também o swap com Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") com data de início programada para a mesma data de emissão das debêntures, isto é 15 de agosto de 2022. O instrumento, que é classificado como hedge de fluxo de caixa possui as seguintes características:

- a) Ponta ativa da MMI ou Ponta passiva do banco:
 - Valor nominal: R\$600.000.000,00
 - Indexador do fluxo de caixa dos juros: CDI + 2,10% ao ano

- b) Ponta passiva da MMI ou Ponta ativa do banco:
 - Taxa de câmbio de conversão para dólares: R\$5,1814
 - Valor nominal: US\$115.798.818,85
 - Indexador do fluxo de caixa dos juros: 6,73% ao ano

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

11. Empréstimos, financiamentos e operação de hedge--Continuação

Operações com derivativos--Continuação

Assim, de modo efetivo, 100% do que a MMI tem a pagar aos debenturistas, ela irá receber do Bradesco pelo instrumento do swap. Por outro lado, passa a pagar ao Bradesco a estrutura denominada em dólares do instrumento de swap.

Com a contratação do instrumento derivativo, a exposição cambial deixa de existir passando o valor total devido de principal e juros denominados em Reais para Dólares, que é a moeda funcional da MMI, e a exposição ao CDI também passa a ser nula já que a taxa de juros a pagar passa a ser fixa sem indexação a qualquer índice. A operação compartilha *pari passu* as garantias que as debêntures dispõem: alienação fiduciária das ações da Companhia, de seus bens e equipamentos e do fluxo de caixa de recebíveis reais e de recebíveis da MMI. O instrumento é mensurado ao seu valor justo, com as variações reconhecidas em resultados abrangentes.

O instrumento financeiro foi reconhecido pelo valor justo na data em que o contrato foi celebrado e é, subsequentemente, remensurado ao seu respectivo valor justo. Quando este for positivo, será registrado como ativo financeiro, e quando for negativo, passivo financeiro. O valor justo é composto pela soma dos fluxos de caixa projetados para as curvas ativas e passivas, descontados a valor presente. Para projeções foram utilizadas as curvas futuras de DI e de conversão de Dólares para Reais disponível na B3. Como contrapartida, até que as projeções se realizem, o valor justo integra o patrimônio líquido da Cia. Conforme disposto abaixo:

| | Reserva de hedge de fluxo de caixa |
|---------------------------------|---|
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | - |
| Swap | 2.789 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 2.789 |

Os montantes classificados no ativo circulante e não circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido possuem o seguinte cronograma projetado de pagamento:

| Ano de vencimento | 2022 | 2021 |
|-------------------|-----------------|------|
| 2023 | 58.049 | - |
| 2024 | 11.044 | - |
| 2025 | (7.815) | - |
| 2026 | (23.472) | - |
| 2027 | (25.671) | - |
| Total | 12.136 | - |

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

11. Empréstimos, financiamentos e operação de hedge--Continuação

Operações com derivativos--Continuação

Já os valores provisionados em ambas as curvas até 31 de dezembro de 2022 serão reconhecidos como receita ou despesa. Uma vez que o instrumento é intrínseco ao Projeto Tico-Tico, as apropriações de derivativo serão capitalizadas no ativo imobilizado, até sua entrada em operação. As apropriações que não foram liquidadas entre as partes, são contabilizadas no passivo e no ativo.

12. Impostos a recolher

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|-------------------------------|---------------|---------------|
| IRPJ e CSLL | 5.756 | 7.714 |
| ICMS | - | 230 |
| ISS | 2.280 | 1.037 |
| CFEM | 5.873 | 1.860 |
| CIDE sobre importação | 913 | 961 |
| PIS e COFINS sobre importação | 843 | 2.599 |
| Outros | 1.524 | 1.518 |
| | <u>17.189</u> | <u>15.919</u> |

13. Partes relacionadas

| | <u>Contas a receber</u> | |
|---------------|-------------------------|---------------|
| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
| Trafigura PTE | 235.534 | 67.033 |
| | <u>235.534</u> | <u>67.033</u> |

A parte relacionada Trafigura Pte é o principal cliente da Companhia correspondendo aproximadamente 83% do total das vendas em 31 de dezembro de 2022 (82% em 31 de dezembro de 2021). O montante a receber refere-se integralmente a exportação de minério de ferro, conforme preço da *commodity* definido em contrato, corrigido pelas flutuações de prêmio e penalidades da *commodity* entre o embarque e 60 dias após o embarque. Nesse sentido 75% do montante da venda é recebido na data do embarque com o valor corrigido por atualizações de preço de prêmio e penalidades entre a data de encerramento do exercício e a data de vencimento da fatura, de forma a registrar sua efetiva expectativa de recebimento dos saldos.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

13. Partes relacionadas--Continuação

Não há juros incidentes sobre contas a receber de clientes, pois os prazos para pagamentos são respeitados pelos clientes conforme estabelecidos em contratos de venda a preço futuro.

| | Contas a pagar | |
|-------------------|----------------|----------------|
| | 2022 | 2021 |
| Porto Sudeste (a) | 94.384 | 97.353 |
| Trafigura PTE (b) | 42.861 | 39.392 |
| | 137.245 | 136.745 |

(a) Contratos de prestação de serviços portuários.

(b) A Trafigura PTE efetua a venda externa e garante a venda do minério produzido pela MMI. Como contrapartida a MMI paga um percentual específico sobre as vendas efetuadas no mercado externo a título de agenciamento. A liquidação deste montante ocorrerá uma vez que o projeto Tico-Tico entrar em operação.

Remuneração do pessoal-chave

A Companhia efetuou pagamentos a título de remuneração no montante de R\$3.405 (R\$3.401 em 31 de dezembro de 2021) refere-se à remuneração dos administradores-chave da Companhia pagos em 2022.

14. Provisão para descomissionamento de ativos

A Companhia está sujeita a regulamentações, que preveem a obrigação de descomissionar os ativos em que a Mineração Morro do Ipê opera ao término de sua vida útil. Estas obrigações são regulamentadas pela ANM no âmbito federal e por órgãos ambientais nos âmbitos estaduais. Dentre os requerimentos, os planos de descomissionamento devem considerar a estabilidade física, química e biológica das áreas e ações de pós fechamento pelo período necessário para verificar a eficácia das medidas adotadas de descomissionamento. Essas obrigações estão provisionadas e estão sujeitas a estimativas e premissas críticas aplicadas na mensuração dos custos pela Companhia.

Adicionalmente, a implementação de ações de uso futuro, após o término do descomissionamento, não está prevista em lei. Contudo, a Companhia está estudando uma governança que avalie possibilidades de uso futuro, tendo em vista as aptidões, a intenção de uso pós-operacional, desenvolvimento socioeconômico da comunidade e as características dos meios físico e biótico de cada localidade onde a Mineração Morro do Ipê opera. Eventuais compromissos futuros, se assumidos pela Companhia, poderão resultar em impacto material no valor da provisão.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

14. Descomissionamento de ativos --Continuação

É necessário o julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração das obrigações para desmobilização de ativos, tais como, taxa de juros, custo de fechamento, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Qualquer alteração nessas premissas pode afetar significativamente o valor provisionado. Portanto, a Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas aos custos de encerramento da mina como uma estimativa contábil crítica e as revisa anualmente.

No reconhecimento da provisão de desmobilização de ativos e passivos ambientais, o custo correspondente é capitalizado como parte do ativo imobilizado e é depreciado pela vida útil dos ativos minerários correspondentes. O passivo de longo prazo é descontado ao valor presente utilizando uma taxa antes dos impostos que reflete a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do passivo e registrado contra o resultado do exercício e é liquidado pelo desembolso de caixa referente ao fechamento da mina ou desativação dos ativos minerários. Os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações não são abatidos do montante provisionado. É necessário o julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração das obrigações para desmobilização de ativos, tais como, taxa de juros, custo de fechamento, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Qualquer alteração nessas premissas pode afetar significativamente o valor provisionado. Portanto, a Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas aos custos de encerramento da mina como uma estimativa contábil crítica e as revisa anualmente. O total provisionado em 31 de dezembro de 2022 foi de 31.408.

15. Obrigações com terceiros

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|--|---------------|-------------|
| Circulante | | |
| TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) (a) | - | 4.612 |
| TCCF (Termo de Compromisso de Compensação Florestal) (b) | 22.511 | 22.511 |
| | 27.123 | 27.123 |
| Não Circulante | | |
| TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) (a) | 8.021 | 12.683 |
| TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) das chuvas (c) | 3.864 | - |
| TAC (Barragens B1, B1 auxiliar e B2 Ipê) (d) | 6.415 | - |
| | 18.300 | 12.683 |
| | 45.423 | 39.806 |

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

15.Obrigações com terceiros--Continuação

(a) Refere-se a indenização e a adoção de medidas de controle e proteção das cavidades naturais subterrâneas propostas para compensação espeleológica em virtude dos danos causados às 53 cavidades naturais subterrâneas, localizadas na ADA da Mina Tico-Tico, nos municípios de Brumadinho, Igarapé e São Joaquim de Bicas, conforme determina o Decreto Estadual n 47.041/2016. Valor será pago em 60 parcelas, restando, em 31 de dezembro de 2022, 33 parcelas.

(b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Florestal que estabelece a medida compensatória de natureza florestal prevista nos arts. 17 e 32 da Lei Federal n 11.428/2006 c/c artigos 26 e 27 do Decreto no. 6.660/2008, em decorrência da intervenção em vegetação nativa pertencente ao Bioma Mata Atlântica, conforme apurado nos autos do processo de licenciamento ambiental do empreendimento, PA COPAM no. 37478/2016/031/2018, cujo parecer único de compensação Florestal – SUPPRI_02/2019, obteve a chancela e aprovação na 31ª Reunião Extraordinária da Câmara Temática de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas – CPB, realizada em 08/05/2019. Este montante reflete o valor dos terrenos que serão transferidos para o Governo do Estado de Minas Gerais como forma de compensação espeleológica e florestal, conforme descrito na Nota 7.

(c) Refere-se a Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público em 3 de novembro de 2022 que visa a solução consensual do que restou apurado no Inquérito Civil nº 0301.19.000510-0 que ficou extinto e foi arquivado mediante a celebração do TAC, a título de compensação pelos danos ambientais em virtude das fortes chuvas de janeiro de 2022.

(d) Refere-se a Termo de Compromisso firmado com o Ministério Público Estadual e Federal, FEAM e SEMAD em 24 de fevereiro de 2022 que visa a adoção de medidas para adequação da Ipê (Minas Ipê e Tico-Tico) ao que dispõe a Lei Estadual nº 23.291/2019, mediante fixação de medidas necessárias para a descaracterização das barragens B1 Auxiliar – Mina Tico-Tico, B2 – Mina Tico-Tico e B1 – Mina Ipê, com a estipulação de formas para reparação e compensação por danos morais coletivos decorrentes dos descumprimentos do prazo legal para a descaracterização das estruturas.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

16. Provisões para riscos

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|-------------------------|--------------|-------------|
| Causas trabalhistas | 257 | 139 |
| Causas de riscos cíveis | 1.765 | - |
| Causas ambientais | 1.839 | 222 |
| | <u>3.861</u> | <u>361</u> |

Provisionamento para o fechamento de mina e recuperação ambiental

Os requisitos e condições para o provisionamento do fechamento das minas de Ipê e Tico-Tico foram estabelecidos no Contrato de Arrendamento Minerário firmado entre Mineração Morro do Ipê e a Companhia de Mineração Serra da Farofa – CEFAR (detentora dos direitos minerários), que estabelece que os custos e despesas relativos ao Plano de Fechamento serão arcados pela Arrendatária e pela Arrendante proporcionalmente à contribuição de cada parte para exaustão das reservas contidas na poligonal dos Direitos Minerários, apenas após o início da lavra, o que ainda não ocorreu. Dessa maneira, a Administração entende que a área degradada atual não é de responsabilidade da Companhia.

Ação Civil Pública n.º 0068003-47.2017.8.13.0301

Em 2017, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) ingressou com Ação Civil Pública em face das empresas MMX Sudeste Mineração e Mineração Morro do Ipê com objetivo de obrigar as rés a realizar ações preventivas de estabilidade das barragens do complexo minerário operado pela Mineração Morro do Ipê. O valor atribuído a ação é de R\$1.000 e as chances de perda foram classificadas inicialmente pelo escritório de advocacia contratado para representar a Morro do Ipê como possível. No entanto, em 2018, após a Companhia comprovar através da apresentação de relatórios técnicos que as barragens têm grau de estabilidade atestado por consultor externo, foi celebrado acordo judicial com o MP para que a empresa cumprisse ações já previstas em legislação, mais especificamente como relação à elaboração do Plano de Ação de Emergência de Barragens (PAEBM). O acordo foi homologado em juízo e se encontra em pleno efeito, nenhuma multa indenizatória ou compensatória foi aplicada.

O processo havia sido arquivado e as ações estabelecidas vinham sendo cumpridas tempestivamente. No entanto, em decorrência do acidente da barragem de Feijão, em 25 de janeiro de 2019, o Ministério Público ingressou com pedido de tutela de urgência nos autos da Ação Civil Pública objetivando a paralisação de qualquer atividade relacionada às barragens de rejeito da Companhia. Tal pedido foi acatado pelo juízo, sendo determinado que a Morro do Ipê realizasse nova auditoria em suas barragens, além da antecipação de todas as ações previstas no Termo de Acordo, sendo determinada audiência extraordinária em 08 de fevereiro de 2019. Não obstante, a Companhia requereu a reconsideração do juízo, apresentando laudos que

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

16. Provisões para riscos--Continuação

Ação Civil Pública n.º 0068003-47.2017.8.13.0301--Continuação

comprovam a estabilidade das estruturas, além de informativo da ANM afirmando a não constatação de quaisquer instabilidades das estruturas que justificassem a paralisação da Companhia.

Dessa forma, a juíza da ação, em consonância com o MPMG, aceitou os documentos apresentados, bem como autorizou a retomada as atividades da empresa unicamente em relação a barragem B1 Auxiliar (a qual foi paralisada novamente após decisão do órgão ambiental que revogou Termo de Ajustamento de Conduta que permitia a operação da estrutura). Foi acordado, em comum acordo entre as partes, que a empresa realizaria o protocolo de novo relatório de auditoria por empresa terceira diferente daquela que até então havia prestado informações no processo judicial, bem como anteciparia as ações do termo firmado com o Ministério Público. A Morro do Ipê vem cumprindo tempestivamente os novos prazos estabelecidos em juízo.

Em 2020 foram concluídas todas as etapas necessárias para a apresentação dos relatórios de estabilidade das barragens pela nova empresa de auditoria, todos os documentos foram apresentados em juízo, bem como foram fornecidos os devidos esclarecimentos solicitados pelo Ministério Público.

Em 2021 o MP apresentou parecer sobre o cumprimento do Termo de Acordo e solicitou alguns esclarecimentos. Reiterou, também, pedidos liminares.

Após manifestação da empresa em 24 de janeiro de 2022, o MP informou que os documentos apresentados seriam analisados e, caso necessário, seriam tomadas as providências cabíveis pelas vias próprias.

Em 1 de fevereiro de 2022, foi determinado o arquivamento dos autos e em 5 de abril de 2022, os autos foram arquivados definitivamente.

As questões tratadas na ACP referentes ao PAEBEM continuam em análise pelo MP fora dos autos da ação, o que não descarta a possibilidade do MP questionar tal cumprimento posteriormente, por meio de instrumento processual próprio (cumprimento de sentença relacionado à ACP). Em 11 de julho de 2022, foi ajuizado ação de cumprimento de sentença pelo MP, o qual, após as devidas providências pela Companhia, inclusive a celebração de Termo de Compromisso em 10 de agosto de 2022, foi definitivamente encerrado em 30 de novembro de 2022, mediante homologação judicial do acordo entabulado entre as partes.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

17. Patrimônio líquido

Capital Social

O conceito de capital social e investimento efetuado na companhia pelos acionistas e representado pelo Capital Social. Este abrange não só as parcelas entregues pelos acionistas como também os valores obtidos pela sociedade e que, por decisões dos proprietários, se incorporam ao Capital Social, representando uma espécie de renúncia a sua distribuição na forma de dinheiro ou de outros bens.

Em 21 de dezembro de 2021, a Companhia realizou aumento de capital social para R\$51.635 dividido em 47.027.935 ações ordinárias nominativas, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária. As ações ordinárias emitidas são de propriedade do Fundo de Investimentos Participações Ipê Mineração.

Em 30 de março de 2022 e 27 de maio de 2022, a Companhia realizou aumentos de capital social totalizando R\$51.635 divididos em 47.027.935 ações ordinárias nominativas, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária. As ações ordinárias emitidas são de propriedade do Fundo de Investimentos Participações Ipê Mineração.

Em 1º de julho de 2022 a Companhia por meio de Assembleia Geral Extraordinária decidiu destinar para novo aumento de capital social o lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2021, após constituição de reserva legal, para R\$88.706 perfazendo um capital social total de R\$490.732, dividido em 435.488.416 ações ordinárias nominativas.

Reserva Legal

As reservas de capital representam acréscimos efetivos aos ativos da companhia que não foram originados dos lucros auferidos em suas operações, por não representarem efeitos de seus próprios esforços, mas assim de contribuições de acionistas ou de terceiros para o patrimônio líquido da companhia com o fim de propiciar recursos para o capital.

Reserva Legal - tem por objetivo assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

No exercício de 2021 a Companhia constituiu reserva legal de R\$4.669 calculada com base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme determinação do Art. 193 da Lei nº 6.404/76, até que se atinja 20% (vinte por cento) do capital social total vigente em 31 de dezembro de 2021.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

17. Patrimônio líquido--continuação

Reserva Legal--continuação

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia constituiu nova reserva legal conforme determinação da Lei nº 6.404/76, aumentando-a em R\$9.090 perfazendo um total de reserva legal para R\$13.759.

Swap Perda/Ganho (Hedge de fluxo de caixa)

A Companhia contratou operações de *hedge* para proteger seu fluxo de caixa contra o risco de mercado relacionado à sua dívida atribuída ao investimento em sua nova planta operacional, principalmente o risco cambial. A operação de *hedge* cobre grande parte da dívida em reais, e são utilizadas operações de swap e a termo para converter a dívida financeira em reais para dólares americanos, buscando fluxos semelhantes ao da dívida financeira de acordo com as condições de liquidez de mercado.

Alinhado a gestão de riscos da MMI e sua moeda funcional, por interesse da MMI e do Bradesco BBI, em julho de 2022 quando assinaram o documento de termos e condições gerais da emissão das debêntures, acordaram que a integralidade do valor de emissão, bem como todo fluxo de caixa do serviço da dívida (pagamentos de amortizações e juros) seriam convertidos para dólares-americanos a uma taxa fixa por meio da contratação de um instrumento financeiro derivativo, o swap cambial e de fluxo de caixa.

Ajustes de conversão

Representados pelo registro contábil da variação cambial dos balanços elaborados na moeda funcional da Companhia (Dólar) registrados em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 02.

Reserva de Lucros

São reservas constituídas a partir das destinações do lucro líquido do exercício, por proposta dos órgãos da administração à assembleia de acionistas. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

A Companhia apurou em 31 de dezembro de 2022 R\$181.795, de lucro líquido no exercício, dos quais R\$ 9.090 foram transferidos para reserva legal, R\$43.176 foi destinado a dividendos mínimos obrigatórios e R\$129.529 serão deliberados após Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no exercício de 2023, para aumento do capital social, sem a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

18. Receita líquida

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|----------------------------------|------------------|-------------|
| <u>Receita bruta</u> | | |
| Venda de minério mercado interno | 222.465 | 183.686 |
| Venda de minério mercado externo | 1.067.704 | 818.609 |
| | 1.290.169 | 1.002.295 |
| <u>Deduções da receita</u> | | |
| PIS | (1.110) | (2.926) |
| COFINS | (3.215) | (13.474) |
| ICMS | (14.810) | (4.429) |
| | (19.135) | (20.829) |
| Receita líquida | 1.271.034 | 981.466 |

A receita é reconhecida pelo valor justo estimado da contraprestação total a receber, sendo o mecanismo de precificação provisória embutido nesses contratos caracterizado como um derivativo. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado continuamente e as variações no valor justo são reconhecidas como receita de venda na demonstração do resultado. Em alguns casos, o preço de venda para mercado externo é determinado provisoriamente na data da transação, ou seja, na data do embarque, sendo os ajustes subsequentes baseados nas variações dos preços cotados de mercado até à data da fixação do preço final.

19. Custo dos produtos e serviços

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|---|------------------|-------------|
| Custos logísticos | (562.353) | (503.333) |
| Insumos | (35.409) | (15.106) |
| Pessoal | (47.739) | (32.285) |
| Depreciação e amortização | (6.856) | (6.997) |
| Energia elétrica | (7.060) | (5.255) |
| Royalties | (55.509) | (22.314) |
| Combustíveis | (5.783) | (15.597) |
| Serviços / Manutenção e reparos | (22.708) | (9.499) |
| Aluguel de veículos / equipamentos / imóveis | (77.189) | (49.869) |
| Taxas e contribuições sobre atividades minerárias | (47.946) | (32.662) |
| Provisão para perda de estoques | (9.654) | (10.740) |
| Outros | (4.456) | (1.633) |
| | (882.662) | (705.290) |

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

20. Despesas gerais e administrativas

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|---------------------------|-----------------|-----------------|
| Pessoal | (24.398) | (20.622) |
| Serviços de terceiros | (15.942) | (11.942) |
| Depreciação e amortização | (905) | (1.179) |
| Aluguéis | (2.189) | (1.684) |
| Outras | (2.218) | (2.538) |
| | <u>(45.652)</u> | <u>(37.965)</u> |

21. Outras receitas (despesas) operacionais

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|--|-----------------|-----------------|
| Geotecnia | (48.552) | (20.625) |
| TAC - Descaracterização Barragens B1 Ipê, B1 Auxiliar TT e B2 TT (*) | (6.415) | - |
| TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) – chuvas (**) | (3.864) | - |
| Outros | (3.470) | (1.033) |
| | <u>(62.301)</u> | <u>(21.658)</u> |

(*) Refere-se ao Termo de Compromisso mencionado na Nota 15 (d).

(**) Refere-se ao Termo de Ajustamento de Conduta descrito na Nota 15 (c).

22. Resultado financeiro

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|------------------------------------|-----------------|----------------|
| <u>Receitas financeiras</u> | | |
| Rendimento de aplicação financeira | 15.820 | 4.801 |
| Outras | 36 | 3 |
| | <u>15.856</u> | <u>4.804</u> |
| <u>Despesas financeiras</u> | | |
| Taxas bancárias | (942) | (114) |
| Variação cambial (*) | (11.384) | (5.091) |
| Juros | (1.332) | (488) |
| Outras despesas financeiras | (1.875) | (431) |
| | <u>(15.533)</u> | <u>(6.124)</u> |
| Resultado financeiro | <u>323</u> | <u>(1.320)</u> |

(*) O efeito de variação cambial no resultado refere-se ao endividamento denominado em reais, considerando que a moeda funcional da Companhia passou a ser o dólar em janeiro de 2022.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

23. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social diferidos

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|--|-----------------|-------------|
| Impostos diferidos ativos (passivos) | | |
| Prejuízos fiscais | - | - |
| Base negativa de contribuição social | - | - |
| Despesas pré-operacionais tratadas como ativo diferido para fins fiscais | - | 299 |
| Provisão participação dos lucros | 2.270 | 1.950 |
| Provisão para contingências ambientais | 1.290 | 100 |
| Provisão de venda a terceiros - externo a faturar | (44.462) | (36) |
| Juros sobre debentures | (11.764) | - |
| Rendimento Aplicação Financeira sobre debentures | 2.955 | - |
| Variação cambial | (824) | 1.671 |
| | (50.535) | 3.984 |
| Efeito no imobilizado e intangível oriundo da mudança de moeda funcional (a) | 6.139 | - |

(a) Considerando que a moeda funcional da Companhia é o Dólar e, ainda, a desvalorização do Dólar comparada ao Real em 2022, a base fiscal do imobilizado e intangível ficou superior à respectiva base contábil, gerando, portanto, um ativo fiscal diferido não reconhecido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

23. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

Conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas nominais versus a despesa registrada no exercício

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|---|-----------------|-------------|
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 280.742 | 215.233 |
| Despesa (crédito) com imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal | 95.452 | 73.179 |
| Ajustes para auferir a alíquota efetiva | | |
| Variação cambial | (2.494) | 23 |
| Participação sobre lucros (Bônus) | 321 | 384 |
| Provisão para contingências | 1.190 | 72 |
| Despesas pré-operacionais tratadas como ativo diferido para fins fiscais | (299) | (718) |
| Provisão de venda - mercado externo | (44.426) | 689 |
| Juros sobre debentures | (11.765) | - |
| Rendimento Aplicação Financeira sobre debentures | 2.955 | - |
| Compensação de prejuízo fiscal e base negativa | - | (15.223) |
| Reconhecimento de créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias | 48.198 | 14.773 |
| Ajuste conversão do balanço em moeda funcional | 600 | - |
| Outros | 2.895 | (10) |
| Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos do período | 92.628 | 73.171 |
| Despesa com imposto de renda e contribuição social correntes do exercício | 44.430 | 58.397 |
| Crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos do exercício | 48.198 | 14.774 |

24. Instrumentos financeiros e gestão de risco

A Administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia não efetua operações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de gerenciamento de risco aprovada pelo Conselho de Administração.

A Companhia está exposta a uma variedade de riscos e incertezas que podem ter um impacto financeiro. Dentre eles, os principais são o risco de crédito, risco de liquidez, risco de taxa de juros e o risco de moeda estrangeira e risco de mercado. Esses riscos decorrem das exposições ocorridas no curso normal dos negócios e são monitorados pela Administração com o objetivo geral de minimizar os efeitos adversos do desempenho financeiro da Companhia.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

24. Instrumentos financeiros e gestão de risco--Continuação

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

O conceito do “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte dos ativos e passivos financeiros da Companhia e subsidiárias tem seu valor justo similar ao valor contábil, tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar e a receber.

a) Risco de mercado

Risco de variação nos preços de mercadorias (*commodities*), taxas de câmbio e de juros.

(i) *Risco de preço*

A Companhia recebe, no momento do embarque, 75% do valor referente à venda considerando o preço da commodity na data da venda. Adicionalmente, o valor remanescente é corrigido pelas flutuações do preço da commodity considerando um prazo de 60 dias da data do embarque. Nesse sentido, os montantes a receber pela Companhia consideram uma expectativa de variação do preço até a data de vencimento das faturas.

Dessa forma, a Administração entende que possíveis variações de preço já estão refletidas nos saldos registrados em 31 de dezembro de 2022.

(ii) *Risco cambial*

A exposição cambial da Companhia está atrelada aos saldos de contas a receber em dólar americano (USD) no montante de R\$235.534 em 31 de dezembro 2022 (R\$67.033 em 31 de dezembro 2021) decorrente das exportações. Uma queda de 25% e 50% na taxa de câmbio resultaria em perdas cambiais de R\$58.884 (R\$16.758 em 31 de dezembro de 2021) e R\$117.767 (R\$33.517 em 31 de dezembro de 2021), respectivamente.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

24. Instrumentos financeiros e gestão de risco--Continuação

b) Risco de liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado nos respectivos vencimentos.

As disponibilidades são suficientes para honrar as despesas operacionais ao longo dos próximos 90 dias. Além disso, há que se considerar a geração de caixa oriunda das operações de venda de minério de ferro.

c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa. Para mitigar os riscos, a Mineração Morro do Ipê adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado.

d) Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados *que* tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

24. Instrumentos financeiros e gestão de risco--Continuação

d) Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em dezembro de 2022 e 2021. Entretanto, possui instrumento mensurável ao valor justo no Demonstrativo de Resultado Abrangente classificado como Nível 2.

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|--|------------------|-------------|
| Ativos financeiros | | |
| Valor justo por meio do resultado | | |
| Caixa e bancos (nível 2) | 957 | 686 |
| Aplicações financeiras (nível 2) | 326.814 | 141.384 |
| | 327.771 | 142.070 |
| Valor justo por meio de resultados abrangentes | | |
| Operações com derivativos (nível 2) | 69.093 | - |
| | 69.093 | - |
| Custo amortizado | | |
| Contas a receber de clientes | 12.041 | 1.536 |
| Contas a receber de clientes - parte relacionada | 235.534 | 67.033 |
| | 247.575 | 68.569 |
| Passivos financeiros | | |
| Valor justo por meio de resultados abrangentes | | |
| Operações com derivativos (nível 2) | 56.957 | - |
| | 56.957 | - |
| Custo amortizado | | |
| Fornecedor | 177.318 | 43.146 |
| Empréstimo | 628.036 | - |
| Partes relacionadas | 137.245 | 136.745 |
| Demais contas a pagar | 76.831 | 39.806 |
| | 1.019.430 | 219.697 |

No quadro abaixo pode ser verificado a análise de sensibilidade da marcação à mercado do swap. Para a simulação na curva de DI, foram consideradas alterações a partir de 2026, considerando que movimento paralelos na curva tem efeito zero. Para a simulação no Dólar futuro, a osculação incidiu sobre toda a curva.

| | Dólar Futuro | | |
|------------------|--------------|------------------|-------------|
| DI Futuro | <u>-10%</u> | <u>À Mercado</u> | <u>+10%</u> |
| +10% | 97.826 | 34.796 | - 28.235 |
| À Mercado | 77.459 | 12.136 | - 53.186 |
| -10% | 52.565 | - 15.558 | - 83.682 |

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

25. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2022, o total da cobertura de seguros da Companhia contra riscos operacionais é de R\$70.000, cobertura de responsabilidade civil geral de R\$40.000 e D&O no valor de R\$65.000. No âmbito do projeto Tico-Tico, cobertura de Riscos de Engenharia de R\$ 591.013, Responsabilidade Civil para obras de R\$ 50.000 e R\$68.650 para transportes.

26. Eventos subsequentes

Em 15 de Fevereiro de 2023 foi detectado pela Companhia que uma das seções da barragem B1 Ipê não havia atingido o fator de segurança previsto pela legislação, para a condição não drenada de pico. Imediatamente a Companhia carregou essa informação nos sistemas da Agência Nacional de Mineração – ANM, o que ocasionou na elevação do nível da estrutura para Nível 1 de Emergência, em uma escala de 0 a 3. Todas as ações e o fluxo de comunicação previsto no plano de emergência (PAEBM) foram tomadas de forma imediata junto às Defesas Civas de Brumadinho e Rio Manso, bem como Defesa Civil Estadual. Da mesma forma foi preparado um comunicado que foi entregue à comunidade local e, também foi dado retorno aos veículos de mídia.

A caracterização da barragem B1 Ipê com suas condições de manutenção foi apresentada no Relatório de Inspeção de Segurança Regular (RISR) emitido no último semestre de 2022 com todas as conformidades requeridas apresentadas. Por outro lado, as condições de estabilidade, que levaram à alteração do Nível de Emergência, conforme relatadas acima, estão documentadas no Relatório de Avaliação Quinzenal de Performance Geotécnica, referente à 2ª quinzena de janeiro de 2023.

Deve-se destacar ainda que o refinamento e aprofundamento dos estudos geotécnicos inerentes ao processo de descaracterização permitiu a reinterpretação do material classificado como “rejeito antigo” presente na fundação da barragem B1-Ipê. Com isso, o material que era analisado com caráter dilatante, passou a ser caracterizado como contrátil, de forma que, as análises de estabilidade que eram originalmente feitas sob condições drenadas passaram a ser analisadas sob condições não drenadas. Neste contexto, a análise de apenas uma seção (crítica B-B’), relativa à condição não drenada de pico, apresentou fator de segurança (1,22) abaixo do mínimo exigido por norma e legislações vigentes (1,30) na última quinzena de Janeiro de 2023. Dessa forma, de acordo com o artigo 41 da Resolução 95/2022, a estrutura foi elevada a Nível de Emergência 1 (NE1).

Como remediação foram executadas obras de reforço de enrocamento, que induz a retomada do Fator de Segurança mínimo necessário às condições prévias vigentes, e poços de bombeamento de água, que induzem a redução do nível de água na fundação e permitem o início das operações de descaracterização da estrutura nos próximos meses de 2023 de forma segura.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

26. Eventos subsequentes--Continuação

As obras de reforço foram concluídas no dia 15 de Março de 2023, com a apresentação de relatório à ANM que, após análise, retirou a estrutura do Nível de Emergência e voltou para o nível 0 (zero) de alerta com a comprovação do Fator de Segurança de todas as seções da barragem. No dia 28 de Março de 2023 foi realizada reunião final com as autoridades, comunicando o fim da situação de emergência.

Contingências

No início de março de 2023, a Companhia recebeu quatro autos de infração ambiental submetidos pela secretaria municipal de meio ambiente de Brumadinho - MG, os autos distribuídos se tratam de eventual lançamento de resíduos sólidos em área rural provenientes de sua atuação de mineração e supressão de vegetação. Todos os autos estão relacionados a impactos ambientais e o montante das infrações totalizam cerca R\$ 3.600. Os Autos ainda se encontram em processos iniciais (apresentaremos defesa) com perda definida inicialmente como possível.